



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

DESAFIOS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

CHALLENGES OF INCLUDING AUTISTIC CHILDREN IN KINDERGARTEN IN THE MUNICIPAL SYSTEM OF AQUIDAUANA

Fátima Aparecida Martinez¹
Juliana de Albuquerque Medeira²
Solange Prado da Silva³
Aparecida de Sousa dos Santos⁴

RESUMO

O tema abordado nesse artigo é sobre a inclusão de crianças autistas na educação infantil (primeira infância). Muito tem sido discutido sobre o processo de inclusão nas escolas regulares e diante disso a busca contínua por melhorias no processo tem sido um desafio para toda a comunidade escolar. São diversos os desafios encontrados para a efetivação do processo, sendo preciso considerar desde a estrutura física da escola até o preparo dos profissionais para atuarem nessa demanda. Neste contexto, questiona-se: Qual o papel do professor da educação infantil em relação ao processo de inclusão do aluno autista na sala de aula regular? O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno que não tem uma causa definida e afeta geralmente a sociabilidade, a comunicação da criança, sendo variável entre casos leves até severos. O objetivo geral desse artigo é apresentar, conforme descrito na literatura pesquisada, os principais desafios para a efetivação da inclusão das crianças com autismo na educação infantil, em escolas regulares. Oferecer um ensino igualitário, de qualidade para todos os alunos tem sido desafiador. A metodologia utilizada para a realização desse foi a pesquisa bibliográfica tendo como fontes de pesquisas, livros, revistas, periódicos, artigos e publicações em bases de dados acadêmicos como Scielo, CAPES e Google acadêmico. Evidencia-se que o processo de inclusão é desafiador e requer melhor preparo acadêmico dos professores da educação infantil perante o tema, pois esses profissionais são a base para o desenvolvimento de uma educação igualitária para todos os alunos atendidos na rede regular de ensino.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista.

¹Pedagoga, UFMS E-mail: fattimamartinez17@gmail.com

²Pedagogia, UFMS, E-mail: julime13@hotmail.com

³Pedagogia, UFMS, E-mail: Solange.79prado@gmail.com

⁴Pedagogia, Mestre e doutoranda em educação. Professora da Universidade Estadual de MS. E-mail: aparecida.sousa@ufms.br

ABSTRACT

The topic covered in this article is about the inclusion of autistic children in early childhood education. Much has been discussed about the inclusion process in regular schools and, given this, the continuous search for improvements in the process has been a challenge for the entire school community. There are several challenges encountered in carrying out the process, and it is necessary to consider everything from the physical structure of the school to the preparation of professionals to work on this demand. In this context, the question is: What is the role of the early childhood education teacher in relation to the process of including autistic students in the regular classroom? Autism Spectrum Disorder is a disorder that does not have a defined cause and generally affects the child's sociability and communication, varying from mild to severe cases. The general objective of this article is to present, as described in the researched literature, the main challenges for the effective inclusion of children with autism in early childhood education in regular schools. Providing equal, quality education for all students has been challenging. The methodology used to carry out this was bibliographic research using research sources as books, magazines, periodicals, articles and publications in academic databases such as Scielo, CAPES and Google Scholar. It is evident that the inclusion process is challenging and requires better academic preparation of early childhood education teachers regarding the topic, as these professionals are the basis for the development of an equal education for all students served in the regular education network.

Keywords: Child education. Inclusion. Autism Spectrum Disorder.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade evidencia-se muita discussão sobre a temática da inclusão. Esses debates têm buscado compreender as necessidades das escolas regulares para atender os estudantes da inclusão de forma efetiva, oferecendo um ensino de qualidade. O tema abordado nesse artigo é sobre a inclusão de crianças Autistas na educação infantil (primeira infância).

Perceber a educação como um processo de inclusão requer a necessidade de pensar em uma educação para todos, onde não haja discriminação e que sejam oferecidas condições para atender as diversidades e necessidades educacionais em sala de aula. Neste estudo tem-se foco de pesquisa e alcance de conhecimentos, a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde cada vez mais tem sido evidenciado a necessidade de compreender sobre esse assunto, e promover ações que possam tornar efetivo o processo de inclusão.

Diante dos Marcos Legais sobre a inclusão, o acesso e permanência de crianças e/ou estudante com autismo nas escolas regulares tem apresentado um crescimento significativo, que vem chamando a atenção dos educadores, ou seja, tem exigido maiores conhecimentos e domínio sobre o tema, maior preparo dos profissionais com capacitação, disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos que visa atender as necessidades desse público em questão. Neste contexto apresenta-se como problema de pesquisa: Qual o papel do professor da educação infantil em relação ao processo de inclusão da criança Autista em sala de aula regular?

Muitas ações precisam serem promovidas para o desenvolvimento de um trabalho educativo e pedagógico eficiente para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos estudantes. Em relação ao Autismo, este é um transtorno que acarreta atrasos no desenvolvimento integral da criança, desde o cognitivo, a comunicação e a socialização. Essas manifestações do Autismo, são evidenciadas ao longo do crescimento da criança, onde podem ser classificados em manifestações mais simples até casos mais severos, por isso é de grande relevância de se conhecer todos os aspectos legais com relação ao Autismo.

Este artigo tem como objetivo geral: Apresentar, conforme descrito na literatura pesquisa, os principais desafios para a efetivação da inclusão das crianças com Autismo na educação infantil em escolas regulares. Apresenta como objetivos específicos: Compreender sobre o Transtorno do Espectro Autista; Pesquisar sobre o processo de inclusão da criança autista na educação infantil no ensino regular; Conhecer sobre o papel do professor da educação Infantil em relação a inclusão do estudante Autista nas aulas; Identificar os principais desafios para os professores da educação infantil ao lidar com crianças Autistas; Discorrer sobre as práticas e estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula com estudantes Autistas.

Justifica-se o estudo do tema pela necessidade de dar maior visibilidade a questão da inclusão das crianças Autistas da educação infantil nas escolas regulares, que mesmo diante de políticas afirmativas para a demanda, ainda está muito aquém de alcançar todas as etapas desse processo educacional. Rodrigues (2021) enfatiza que para que a inclusão efetivamente ocorra é fundamental que o acesso as salas de aulas regulares pelos estudantes Autistas sejam ampliadas, e haja um trabalho em conjunto e colaborativo entre educadores, família e a comunidade escolar, onde em conjunto possam estabelecerem melhores condições para promover um ambiente inclusivo.

Quando se pensa numa escola inclusiva para o Autismo, e não somente para este transtorno, é fundamental o estabelecimento de condições favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, sendo fundamental pensar o currículo, as transformações necessárias para o alcance dos objetivos propostos, de forma a promover a integração do mesmo ao ambiente escolar e que este se sinta acolhido neste ambiente.

A metodologia utilizada para a realização do desenvolvimento deste estudo, tendo como base na pesquisa bibliográfica, sendo essa uma pesquisa qualitativa e descritiva, como embasamento fontes de pesquisas, livros, revistas, periódicos, artigos e publicações, de acordo com as referências de dados acadêmicos como Scielo, CAPES e Google acadêmico.

A revisão bibliográfica, ou revisão da literatura, é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (Trentini e Paim, 1999). A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em

livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001). Marconi e Lakatos (2007) apresenta que este tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

O material informacional obtido teve como base de dados pesquisada, aquelas citadas acima, onde foram utilizados descritores como: Educação infantil, Educação inclusiva, Inclusão, Autismo, práticas pedagógicas na inclusão. O material foi selecionado dentro do período de 2013 a 2023, somente na língua portuguesa, sendo utilizados aqueles que condiziam com os objetivos propostos para a realização desse artigo.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Evidencia-se que o uso da palavra Autismo, foi atribuída ao fato de uma pessoa viver fora da realidade, ou dentro de um mundo próprio, de acordo com o pesquisador Bleuler em 1911, o responsável por esse feito. Em 1952 a Associação Americana de Psiquiatria (APA) faz a publicação da primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que não trazia especificações diretas e objetivas ao Autismo.

Muitos estudos foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos sobre o Autismo, para que fossem feitas alterações, adaptações e novas exigências para o estabelecimento desse transtorno, sendo continuamente atualizado nos parâmetros do (DSM) Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, e também no manual do (CID) Classificação Internacional de Doenças, até ser retratado como um transtorno global do desenvolvimento (Borba e Barros, 2018).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2013), o Autismo pode se manifestar em diferentes níveis, sendo classificados em leves, onde a criança apresenta um leve comprometimento de interação social, até os mais severos, apresentando comportamentos compulsivos.

Apontam-se três níveis: nível 1 - leve, a criança apresenta pouca dificuldade no seu desenvolvimento, apresenta prejuízos, mas não precisa de tanto suporte; nível 2 - Moderado, a criança apresenta déficit em algumas habilidades, necessita de suporte maior, apresentando déficits na conversa e dificuldade na interação social; nível 3 - severo, a criança na maioria das vezes necessita de suporte para exercer algumas atividades, apresenta prejuízos graves nas interações sociais e não tem respostas e aberturas sociais. (DSM-V, 2014, p.132)

É importante reforçar que em cada nível apresenta suas particularidades com relação ao comportamento do indivíduo e as manifestações são diferentes em cada indivíduo. Em relação as manifestações do TEA, essas são variáveis, não existindo um padrão único de reconhecimento, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo (Ferrari, 2017).

É muito comum que os pais sejam os primeiros a encontrarem algum comportamento estranho da sua criança, mas somente em idade escolar os professores reconhecerão as dificuldades em relação a aprendizagem, comunicação e interação com demais pessoas, direcionando-as a avaliação profissional, para que o diagnóstico seja adequadamente apontado, conforme ressaltado por Campos (2019).

Borba e Barros (2018), apresentam que muitas vezes os comportamentos atípicos das crianças são perceptíveis em brincadeiras e em simples atividades, onde é evidenciado o desinteresse na interação com outras pessoas, ou ausência na comunicação gerando déficits de aprendizagem, interação e comunicação.

Os comportamentos difíceis apresentados por esses indivíduos podem estar relacionados ao fato de que dentro do TEA alguns autistas apresentam os transtornos sensoriais, sendo eles táticos, auditivos, visuais, gustativos e olfativos, esses transtornos podem desencadear comportamentos difíceis, em alguns autistas é muito complicado ir a determinados lugares por causa do barulho, apresentam restrição alimentar, têm reações de estresse com certas espessuras. Em salas de aula às vezes se torna complicada a permanência dessas crianças, podendo exibir comportamentos muito agressivos, até mesmo porque eles próprios não sabem como lidar com esses estímulos (Borba e Barros, 2018, p.6)

É importante ter consciência que cada ser tem suas particularidades e em relação ao Autismo, isto também precisa ser considerado. Cada criança apresentará suas necessidades específicas, sendo, portanto, o diagnóstico e tratamento estabelecido de forma individual, exigindo uma avaliação que identificará habilidades, dificuldades, sendo fundamental para o melhor desenvolvimento da criança.

Brites (2019) apresenta que dentre as manifestações principais do Autismo estão:

As dificuldades de comunicação social, podendo haver atraso no falar, dificuldade em comunicar com os outros com clareza, dificuldade na compreensão, incluindo a linguagem corporal, gestos e expressões faciais, bloqueio para começar ou manter um diálogo, podem apresentar ecolalia, discursar fora do contexto, excessiva honestidade nas palavras, entre outros. (Brites, 2019, p.24)

Gomes (2019, p. 05) apresentam que “Ainda não é possível decifrar com exatidão os sintomas diagnósticos desse transtorno, utiliza-se atualmente o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais como referência para o diagnóstico do autismo”. Não existe ainda uma definição usual para apresentar as causas do Autismo, sendo considerado por diversos estudiosos que se trata de uma combinação de fatores genéticos e ambientais.

3. PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ENSINO REGULAR

A Educação Infantil corresponde ao primeiro contato da criança com um mundo que não sua casa. Na escola é o lugar em que a criança começa a se relacionar com outros indivíduos, que não são

da sua família. Neste contexto é fundamental que a Escola (como um todo), esteja preparada para receber as crianças de forma a acolher, compreender, cuidar e promover seu desenvolvimento integral. Nesta etapa educacional a educação Infantil necessita ser condizente com a realidade da criança, para que essa identifique-se e consiga absorver toda a mudança que está ocorrendo ao seu redor, compreendendo ainda as situações da prática cotidiana.

Cunha (2015) enfatiza que relacionando a inclusão da criança Autista na educação infantil na primeira infância é possível dizer que muitas mudanças e ajustes foram necessários, e ainda estão sendo, desde estruturais, curriculares e preparação de toda equipe escolar para lidar com a diversidade. A Lei de Diretrizes e Base (LDB 9394/96), assegura que todas as crianças e/ou os estudantes têm o direito de acessar uma educação de qualidade.

Diante dessa nova demanda as escolas estão buscando se adequar para promover o acolhimento de forma integral aos Autistas, respeitando suas necessidades individuais, reconhecendo que cada fase de desenvolvimento requer uma postura diferenciada, pois a criança está em desenvolvimento e isso não ocorre de forma padronizada, pois cada ser tem suas particularidades e isso deve ser criteriosamente analisado. É fundamental que a escola pense na criança Autista como um todo, cuidando de todos os aspectos: sociais, afetivos, motores e cognitivos.

A LDB (9394/96) assegura que é dever do Estado, a garantia de acesso a vagas em creches e pré-escolas, públicas e gratuitas para todas as crianças em idades de três a seis anos. Mas a inclusão não corresponde a simplesmente dar acesso ao ambiente escolar, e sim atender as demandas apresentadas pelas crianças e/ou os estudantes da inclusão, com uma educação que promova sua inserção real a sociedade, para que este possa gozar de seus direitos sociais, civis, políticos.

Dentre as Leis que asseguram os direitos aos Autistas, destaca-se a Lei Berenice Piana, nº 12.764/2012, que se refere à Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. No viés educacional essa lei assegura:

Acesso ao ambiente escolar regular, sala de aula com meios multifuncionais, suporte ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), acompanhante terapêutico/auxiliar especializado, adequação de material, quantidade de alunos limitada por sala de aula e programa incluir-ensino superior (Brasil, 2012, p.1).

A adaptação do currículo é uma questão fundamental para o processo da inclusão, conforme apresentado por Ribas (2017, p. 78): “O currículo deve ser adaptado em sua íntegra, priorizando a necessidade da criança e/ou do estudante, sendo possível inserir, eliminar, completar e ainda, criar novos objetivos alternativos, pensando sempre na garantia da aprendizagem”.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é apresentado uma significativa definição para a criança:



Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BrasiL,2010, p. 12).

Neste contexto é preciso evidenciar que o ensino inclusivo ocorre em sala de aula regular, com auxílio do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma complementar o ensino regular, conforme explanado por Dias (2019). A inclusão das crianças Autistas, nesta faixa etária, conforme estabelecido no Art. 28 da Lei 13146/2015: “Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, 2015).

Silva (2023) enfatiza que na Educação Infantil as crianças dessa etapa estão expostas a muito estímulo, interação, exploração de ambientes, descobertas e exploração dos sentidos, o que torna ainda um maior desafio para a criança Autista. Cunha (2019) ressalta que nesse momento a aceitação dos pais quanto as possíveis observações apresentadas pelos professores, para que o diagnóstico seja descartado ou confirmado o quanto antes, para que o profissional habilitado e capacitado possa adequar todas as possíveis atividades para atender as necessidades da criança com alguma deficiência.

4. O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RELAÇÃO A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NAS AULAS

O processo de inclusão do Autista, na educação infantil, não é uma tarefa fácil. Gomes (2019) enfatiza ao afirmar que este é um momento delicado para a criança, para a família e para a escola, onde requer um encaminhamento adequado com a criança evitando possíveis fracassos quanto a inclusão desta.

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (Bereohff, 1991, s/p.).

O processo de aprendizagem na inclusão não pode ser fundamentado somente quanto aos resultados, diante da necessidade de acompanhar a evolução dos estudantes quanto a outros diversos critérios que evidenciam o desenvolvimento ou não do mesmo. “É fundamental observar atentamente o comportamento do estudante Autista para compreender seus estímulos positivos e negativos, visando intervir da melhor forma” (Silva, 2018, p.1). Sempre que possível os professores devem utilizar-se de recursos que possam promover a interação do autista com a turma em que se insere,

facilitando o entendimento da criança com TEA, e contribuindo para promover a criação de vínculos com o professor e o estudante.

Uma forma de integrar a criança com TEA na sala é convida-la a ajudar em pequenas tarefas (como entregar folhas de papel para as demais crianças), uma vez que, essa pequena tarefa poderá trazer grande interação com os demais. Do mesmo modo, as crianças da turma precisarão ser sempre reforçadas a respeitar e ajudar a criança com TEA, para que a mesma possa se sentir acolhida no ambiente escolar (Silva, 2023, p. 18)

O professor deve buscar conhecer o estudante para que possa oferecer a ele melhores condições de suporte educacional, sendo o contato com a família essencial para este ato. Mantoan (2011) chama a atenção quanto a necessidade de adaptar o currículo, avaliação e a metodologia, no ensino da criança com TEA, com o propósito de mesmo diante das dificuldades, a criança consiga aprender. Mas essa adaptação mediante a cultura organizacional da escola favoreça a mudanças, sendo flexível em suas ações de forma a favorecer a inclusão.

Muitos autores e pesquisadores apresentam que a função do professor da educação infantil na inclusão corresponde a mediação do processo de ensino. Sanches Júnior (et al., 2019), reforçam que o papel mediador do professor na aprendizagem é fundamental para a condução da criança em sala de aula. Na educação infantil são muitas novidades ao mesmo tempo, onde as crianças começam a compreender novas regras, aprender a organizar ideias, seguir rotinas, desenvolver novas habilidades e conhecimentos, sendo neste momento, o papel do professor, muito significativo na construção de sua autonomia de aprendizagem.

Segundo Silva e Arruda (2014), compete ao professor buscar capacitação diversificada para promover melhor condução das práticas educativas fornecendo um ensino de qualidade para todos os estudantes. Os autores acima ainda reforçam que o ensino está diretamente atrelado ao papel da inclusão, onde os professores devem utilizar-se de recursos e práticas pedagógicas e as tecnologias diversificadas considerando as especificidades de cada estudante.

O professor da educação infantil precisa planejar suas ações de forma a atender as necessidades de todas as crianças ali presentes. Leonel (et al., 2022) apresentam que na presença do estudante com TEA é necessário que haja uma adaptação para o envolvimento do mesmo, na atividade, utilizando metodologias que favoreçam a compreensão do que está sendo apresentado para ele. Os autores ainda reforçam a necessidade de capacitação continuada do professor quanto a questão de adaptação de conteúdos e uso de metodologias específicas que possam auxiliar a promoção do desenvolvimento da criança e/ou o estudante com TEA.

Vygotsky (1989) reforça que a diversidade presente nos diferentes ambientes sociais que fazem parte da vida da criança gera diferentes aprendizados e as relações interpessoais são essenciais para esse processo. Dias (2019), acrescentam que na perspectiva de uma escola inclusiva o professor deve zelar pela interação dos estudantes como forma de troca de experiências e de aprendizado.



“Compete ao professor inferir planejamentos de ações que favoreçam o desenvolvimento de todos, considerando as individualidades, fazendo adaptações para melhor atender a todos” (Dias, 2019, p.11). Superar as dificuldades devem ser um dos propósitos dos professores de estudantes com TEA.

5. PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS EM SALA DE AULA COM ESTUDANTES AUTISTAS

Sobre o autismo e as práticas pedagógicas, Cunha (2015, p.7) é enfático quando afirma que o professor que é bom observador e busca ser mediador do processo de ensino e aprendizagem, torna-se mais fácil o trabalho em sala de aula: “Mediar é servir de elo entre um estímulo e uma resposta. É provocar o estímulo a fim de se obter a resposta”. O professor tem papel fundamental nesse processo de mediação, onde propõe estratégias de intervenção que engaja o estudante com o desenvolvimento do conhecimento. “Mediar é transformar a intenção de ensinar em prática docente e a intenção de aprender em aprendizagem” (Cunha, 2015, p. 62).

Estudos mostram que, quando estimulamos nosso cérebro por meio de atividades, exercícios e estímulos adequados, ele pode se “reprogramar”, criando novas conexões e caminhos entre os neurônios. Por isso, precisamos entrar em contato com técnicas eficazes. Quanto mais fazemos isso, mais caminhos neurais do que desejamos são formados (Gaiato; Teixeira, 2018, p. 75).

O professor regente da sala de aula precisa trabalhar conjuntamente com o profissional do AEE, para que possam elaborar estratégias, apontar os recursos pedagógicos que melhor se encaixam a realidade dos alunos em virtude de suas habilidades e dificuldades apresentadas. Carvalho (2020) enfatiza que diversas metodologias foram desenvolvidas para auxiliar no processo de aprendizagem do estudante e possibilitar uma inclusão verdadeira e autêntica. Como resultado, destacamos a ABA, PECS e TEACCH.

A abordagem pedagógica inclusiva é fundamental para a construção da aprendizagem por parte do sujeito, de forma ativa e efetiva, respeitando o ritmo, o processo e ajustando as necessidades apresentadas em cada etapa de desenvolvimento. É fundamental que as práticas pedagógicas sejam propostas e aplicadas com propósito de zelar pela qualidade da interação, pela participação e problematização, além de oportunizar a vivência de experiências, construindo significados, elaborando e partilhando conhecimentos (Oliveira, 2021).

Na visão de Souza (2018)

Na educação inclusiva torna-se imprescindível que os educadores se coloquem como profissionais transdisciplinares, com conhecimento básico em cada área específico (fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, médico etc.). A escola inclusiva e toda a comunidade precisam estar envolvidas e o projeto pedagógico e as estratégias de sala de aula

devem enfatizar o ensino, em vez de focalizar a deficiência do aluno preocupar-se com tipo de resposta educativa e proporcionar os recursos e apoios adequados. (Souza, 2018, p.47)

O professor da educação infantil precisa ter a capacidade de reconhecer as necessidades específicas da criança com TEA e organizar práticas e atividades que possibilite o acesso, a permanência, a participação e se possível a aprendizagem do aluno com deficiência (Melo, 2016). Ainda é essencial que estratégias de comunicação e de mediação simbólica, sejam estabelecidas. Em relação a comunicação, Melo (2016) ainda ressalta que o professor precisa se atentar a práticas e estratégias que contribuam para a identificação de habilidades, motivações e preferências do aluno. “Dentre as motivações e preferências é possível identificar aspectos lúdicos e da brincadeira como temáticas motivadoras desses sujeitos, onde a interação por meio do brincar abre possibilidades para os processos de ensino e aprendizagem” (Melo, 2016, p.12).

Em relação as práticas pedagógicas quanto a criança Autista da educação infantil, Steciuk (et al., 2024) enfatiza que estas devem priorizar o desenvolvimento da linguagem, onde as crianças devem ser incentivadas a fazer a narração de como algo aconteceu, sempre enfatizando temáticas que criança com TEA apresente interesse ou realmente destaca empatia. “Fazer uso de jogos adaptados e sonoros que possam explorar a linguagem neles contida, de forma bem lúdica, ou ainda fazer a aplicação de recursos tecnológicos como o uso do Tablet e Notebook podem favorecer momentos de brincadeira, interação e aprendizado” (Steciuk, et al., 2024, p.7).

O uso de plaquinhas que expressam sentimentos ou atividades podem contribuir para a comunicação das crianças com TEA, possibilitando a essas expor seus sentimentos e muitas vezes serem compreendidas em determinadas situações.

O uso de plaquinhas, figuras e outras possibilidades, podem ajudar muito o aluno a entender situações dentro do contexto coletivo; por exemplo: pense em uma criança brincando tranquilamente na hora do recreio no parquinho. Ela não entende que o sinal tocou e que isso significa que ela precisa ir para a sala de aula, ou ela simplesmente não quer abrir mão de sua brincadeira e ir embora (Gaiato; Teixeira, 2018, p. 103).

Outra questão enfatizada por Gaiato e Teixeira (2018) é o estabelecimento de rotinas diárias, contribuindo para reduzir crises de ansiedade nas crianças Autistas.

É muito útil o recurso de um quadro de rotina do dia para a criança se organizar e saber o que é esperado que ela faça. Faça-o de maneira semelhante à rotina de casa, porém com imagens ou desenhos de símbolos relacionados às aulas (Gaiato; Teixeira, 2018, p. 104).

A inclusão da criança Autista na educação infantil precisa ter um direcionamento para desenvolver a interação social, onde Steciuk, (et al., 2024) reforçam que podem ser utilizadas rodas de conversa, brincadeiras em dupla, trios (menores quantidades de crianças). Para essa ação é fundamental que a equipe pedagógica, em um trabalho colaborativo, tenha consciência sobre a necessidade de estabelecer adaptações na forma de ensinar promovendo a autonomia das crianças e o desenvolvimento de um saber que seja real para seu desenvolvimento, estando os profissionais sempre

atento ao nível de desenvolvimento de cada criança, e quanto a possibilidade de um resultado insatisfatório, para intervir o quanto antes.

6. OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE AQUIDAUANA AO LIDAR COM CRIANÇAS AUTISTAS

Proporcionar uma educação igualitária para todos sem distinção atendendo às Necessidades Educacionais Especiais das crianças é um dos maiores desafios da atualidade (Oliveira, 2020).

A diversidade é marcante dentro das escolas, e lidar com essa questão nem sempre é fácil. Durante o estágio na Educação Infantil, em uma escola municipal de Aquidauana, pode se perceber que a inclusão tem sido uma questão desafiadora tanto para gestores, professores, crianças e família.

A inclusão requer a oferta de uma educação de qualidade para todas as crianças e/ou os estudantes e não simplesmente a inserção dos mesmos em sala de aula regular. Um dos maiores desafios da inclusão, que observou e percebeu durante o estágio foi a falta de preparação dos professores quanto à especificidade dos transtornos ou deficiências apresentadas pelas crianças. Ficou evidenciado que a formação dos professores é uma questão que precisa ser revista pelas instituições competentes, e não somente a formação inicial dos professores, mas também a necessidade de uma formação continuada. Cirino e Godoi (2021) apresentam que:

É fundamental nesse processo, principalmente para o momento de trabalhar com alunos que fazem parte da inclusão, e para isso é preciso que o professor possua formação e/ou uma certa especialização para suprir e atender as demandas desses alunos, tendo em vista que a busca por essa capacitação deve ser continua. (Cirino e Godoi, 2021, p. 7)

Cunha (2015) descreve a preocupação com a formação dos professores, enfatizando que é perceptível a grande dificuldade destes em propor estratégias de ensino e atividades que promovam a inclusão e o desenvolvimento de aprendizagens para esse público, incentivando acima de tudo a permanência destes na sala de aula regular.

Durante a observação do estágio se percebeu que as salas de aula da educação infantil têm um grande número significativo de muitas crianças. Mesmo com a ajuda de outros professores, esses profissionais possam a não ter uma sobrecarga com o aumento da demanda de estudantes, ou seja, o professor tenta ao máximo priorizar o estudante ou a criança, sendo que cada indivíduo apresenta um ritmo de aprendizagem diferente. Uns aprendem sozinhos, outros precisam de pouca ajuda, enquanto outros requerem maior atenção e até mesmo adaptação nas metodologias utilizadas para conseguirem compreender o que está sendo ensinado.

A questão das crianças com necessidades especiais, na educação infantil ainda se torna mais desafiadora, por muitas crianças ainda não terem um diagnóstico sobre possuírem possíveis transtornos de aprendizagem. Muitos pais ficam abalados, enfurecidos e desacreditados da situação apresentada pelo professor. “A maioria das crianças que apresentam necessidade especial não consegue o diagnóstico, muitas vezes por resistência dos familiares que não o aceitam, o que dificulta o trabalho pedagógico” (Santos; Almeida, 2017, p. 1425).

O que se observa durante as vivencias em sala de aula como educador, sendo que, a proposta de inclusão é pautada em um processo de aprendizagem onde são incentivadas estratégias de ensino e materiais adaptados que despertem o interesse da criança ou do estudante, com brincadeiras, músicas, atividades em pequenos grupos, que promovam a interação desses individuos e o estabelecimento de vínculos afetivos e sociais. Estas atividades que são desenvolvidas devem despertar o desenvolvimento integral. As vivencias com crianças e estudantes com Autista, o professor de apoio segue o planejamento do regente fazendo adaptações para estes individuos, mas não de forma excludente, pois todos reconhecem a importância destas crianças ou do estudante se sentirem membros da sala de aula regular.

O professor, em relação ao Autismo, busca sempre contato com a família para compreender o desenvolvimento desta e buscar sempre elaborar uma rotina visual, para que está criança consiga compreender as ações que serão realizadas naquele dia, evitando assim crises de ansiedade. O professor zela ainda pela mediação do ensino de forma flexível, possibilitando a esta criança condições de acompanhar a turma. Outra questão que chamou a atenção foi a importância do professor analisar as particularidades das crianças em meio a um ambiente onde a diversidade é marca registrada.

Durante o estágio a observação compreendeu-se que cada sala de aula é composta por crianças diversas. O Projeto Político Pedagógico da escola traz diretrizes a serem seguidas em relação a prática inclusiva, mas não uma receita oficial de como agir e ensinar uma criança com TEA. Os professores buscam conhecer as especificidades, de cada criança e diante de suas dificuldades e habilidades já adquiridas, promover ajustes e adequações para que os resultados sejam cada vez mais promissores, promovendo o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança ou do estudante.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo Autismo é derivado da palavra grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo" e é caracterizado por um distúrbio de ordem neurológica que se manifesta ainda na infância, causando atrasos na aprendizagem e na interação social (Oliveira, 2020).

No Artigo 205 da Constituição Federal, é explícito que todos têm direito a uma educação de qualidade e este direito é concebido e precisa ser assegurado a todas as crianças e/ou os estudantes Autistas. Ainda na Constituição, agora no Artigo 206, é estabelecido que todos os estudantes devem ter a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, seja qual for sua necessidade especial. Não sendo suficiente para assegurar esses direitos, cita-se ainda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), onde nos Artigos 58 e 59 enfatizam que os estudantes com necessidades educacionais especiais, devem preferencialmente frequentar a escola regular. Já na Lei nº 12.764/12, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA em seu Art. 1º, no § 2º, institui o direito de acesso à educação com as adaptações cabíveis que contemplem suas necessidades (Oliveira, 2020).

Na atual classificação dos transtornos cognitivos (DSM-5) o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é reconhecido como um transtorno neurológico que apresenta os primeiros sinais na primeira infância, sendo identificado através de dificuldade de interação, comunicação e por comportamentos repetitivos e estereotipados. Campos (2019) define TEA como “Uma síndrome comportamental que implica no desenvolvimento neuropsicomotor, com dificuldades na compreensão, na linguagem e inter-relações” (Campos, 2019, p.5).

A educação inclusiva vem sendo desenvolvida e promovida ao longo dos anos. Não é simplesmente um ato político onde são estabelecidos Decretos Leis e de afirmação a essa causa que assegurarão um ambiente inclusivo. Siqueira e Toledo (2020) ressalta que para a inclusão ser efetiva é preciso considerar a diversidade de cada ser, e diante disso promover a criação de formas diversas para possibilitar a interação social, educacional e emocional, com todos que convivem em um único ambiente. É fundamental que exista uma união entre escola, sociedade e família em prol da inclusão, pois esse processo requer mais que um ato individual.

Silva (2023) apresenta que o processo da inclusão precisa ser desenvolvido para desenvolvimento de habilidades específicas da Educação Infantil, com as crianças Autistas. Esse processo de inclusão não ocorre de forma individualizada, mas sim em conjunto com professores, orientadores, psicólogos, onde sejam revistos os planos de ensino enfatizando o ensinar para as crianças, utilizando estratégias adequadas às suas necessidades, tornando-as ativas nas atividades/brincadeiras, promovendo interação, desenvolvimento cognitivo, e promovendo a inclusão como um todo.

O processo de inclusão na escola dever ser pautado no propósito da aceitação, da convivência, da valorização da contribuição de cada indivíduo e a aprendizagem atribuída socialmente (Silva, 2018). Em relação a inclusão da criança com Autismo em um ambiente escolar e social e

diversificado, como o da educação, é um desafio para toda comunidade escolar, desde os gestores, funcionários, da família e discentes.

A participação do professor no processo de inclusão é crucial para o pleno desenvolvimento desta ação. O papel do professor no processo de inclusão é essencial, pois esse é responsável por direcionar o processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante. Dias (2019) aponta que o contato do professor com o aluno precisa ser amistoso e estabelecer uma relação de confiança entre o estudante e professor, não se pautando por uma relação somente de cuidados, mas sim de forma a conhecer as potencialidades e dificuldades dos mesmos, e diante disto intervir em prol do seu pleno desenvolvimento.

Leonel (et al., 2022) ressaltam que para a inclusão, o professor mediador deve dominar as práticas a serem realizadas e conhecer o TEA para melhor se relacionar com o estudante e, também, ensinar com aptidão através dos métodos escolhidos. O professor precisa conhecer sobre o Autismo para que possa compreender sobre as alternativas de ensino que podem ser aplicadas a esse público em uma sala de ensino regular.

Diante da necessidade de atender a demanda da educação inclusiva evidencia-se por parte do professor, dos profissionais do AEE e especialistas da área a busca por estratégias e metodologias educacionais que atendam às necessidades apresentadas pelos estudantes em sala de aula. No caso dos estudantes com TEA, o ajuste e uso de metodologias que promovam seu desenvolvimento, facilitando o desenvolvimento e conhecimento do estudante é uma necessidade.

Quanto aos principais desafios para os professores da educação infantil na cidade de Aquidauana ao lidar com crianças Autistas, foi perceptível durante o desenvolvimento do estágio, o desconhecimento sobre os transtornos que acometem as crianças. Sobre o Autismo por exemplo, a insegurança sobre como lidar com as crianças Autista dificulta a criação de vínculos entre professores e a criança, e com isso o processo de aprendizagem pode ser comprometido. A formação do professor é relevante para que a proposta da inclusão seja bem-sucedida.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa bibliográfica realizado foi possível compreender sobre o processo de inclusão dos estudantes Autistas na escola regular. Respondendo o questionamento inicialmente apresentado, ficou evidenciado que o professor da educação infantil tem papel essencial no processo de inclusão da criança Autista na sala de aula regular. Na educação infantil é uma etapa que requer uma atenção especial com as crianças, sendo nessa etapa, fundamental a oferta de estímulos adequados que favoreçam o pleno desenvolvimento das crianças.

Em relação ao objetivo geral desse artigo foi possível concluir que os desafios para a inclusão da criança Autista na educação infantil, são muitos, destacando-se dentre eles, conforme pesquisado na literatura, a formação deficiente do professor. Muitas mudanças ocorreram em relação as práticas de ensino, devido as necessidades apresentadas pelo público atendido nas escolas, mas a formação do professor ainda está enraizada em práticas tradicionais, sendo necessário ajustes de currículo para a formação deste profissional.

Sendo preciso ressaltar que o processo de inclusão se faz em conjunto com a comunidade escolar e família. Cada um tem sua significativa parcela de contribuição para que o processo ocorra. De nada adianta os professores buscarem capacitações e novos aprendizados para lidar com a demanda apresentada se a escola não fornece recursos pedagógicos e demais suportes adequados para o desenvolvimento do ensino inclusivo, ou seja, cabe ao professor reconhecer ou identificar possíveis alertas quanto as dificuldades de aprendizados das crianças se a família não aceitar a real situação de seus filhos.

Muito tem sido feito para a oferta de um ensino de qualidade para todos, evidenciando desde a mudança de comportamentos e conscientização da população em geral sobre o Autismo. Conclui-se que o processo de inclusão ainda está muito aquém de atender as necessidades educacionais reais da criança e/ou o estudante e oferecer condições adequadas para a permanência e desenvolvimento pleno deste indivíduo, mas mesmo diante de tantos desafios é possível concluir que os envolvidos no processo educacional da criança e do estudante têm feito o possível para atender as necessidades de cada um, ou seja, compete ao professor refletir, planejar e adaptar as atividades para melhor atender esse público da Educação Especial.

9. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5** –Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: GEPAPI, 1991.

BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. **Ele é autista: como posso ajudar na intervenção?** Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 dez. 2012.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei n. 13.146** de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 27 mai. 2024.

BRITES, C. M. **Mentes únicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Gente, 2019.

CAMPOS, R.C. **Transtorno do Espectro Autista – TEA**. Sessões clínicas em rede – Atualização técnica / Unimed. Belo Horizonte, 2019.

CARVALHO, Karinise da Silva. Estratégias Pedagógicas para facilitar a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Eletrônica Humana Res**, v. 2, n. 002, 2020.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. **Autismo, transtornos do espectro do autismo**. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). *Autismo, linguagem e cognição*. Jundiaí: Paco, 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Wak. 2019.

DIAS, Renan Italo Rodrigues. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades. **EaD e Tecnologias Digitais na Educação**., Dourados, v. 7, n. 9, p. 123-130, 2019. Disponível em: <https://200.129.209.78/index.php/ead/article/view/10745/5459>. Acesso em: 17 mai. 2024.

FERRARI, P. **Autismo infantil**: o que é e como tratar. São Paulo: Paulinas, 2017.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Reizinho Autista**: guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: nVersos, 2018.

GOMES, P.C. **Desenvolvimento de objeto sensorial de receitas culinárias destinado para crianças, tendo como ponto de partida as crianças autistas**. Monografia (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

LEONEL, A. dos S.; LEONEL, R. dos S.; COSTA, J.M. da; SALES, M.F.; SILVA, A.M.S. da; SILVA, R.D.M.M. da. **Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira-Pará**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8, n.05, maio, 2022. Disponível em:<<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5511/2065>> Acesso em: 30 mai. 2024.

MACHADO, Juliana da Silva. **Práticas pedagógicas para alunos com autismo**: um estudo bibliográfico. 2018. 30p. Artigo. (Licenciatura em Educação Especial). Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.



MANTOAN, Maria Teresa Eglé. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6^a edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Carla Caroline Silva de Melo. **Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no ensino fundamental.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Ketlin Fernanda de. **Transtorno do espectro autista na educação infantil:** desafios e possibilidades da gestão educacional. 2022. 20p. Artigo. (Pedagogia Licenciatura). Universidade Positivo. Curitiba/Pr.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar:** os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, n. 34, setembro, 2020. ISSN 1984-6290. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-0sdesafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RIBAS, João Batista Cintra. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira.** Brasília: CORDE, 2017.

RODRIGUES, David. **O que é a Inclusão?** Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-e-a-inclusao-1628577>. Acesso em: 20 mai.2024.

SANCHEZ JÚNIOR, Sidney Lopes et al. Uma revisão acerca do transtorno do espectro do autismo na educação infantil. **Ensino em Foco.**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/642/415>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.

SILVA, Lorena Rodrigues. **Inclusão de crianças autistas na Educação Infantil:** um estudo na literatura acadêmica. 2023. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2023.

SILVA, Kaliane Jucielle da. A importância do papel do professor frente a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). V Congresso Nacional de Educação – CONEDU.2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_ID2588_17092018182124.pdf. Acesso em: 30 mai. 2024.

SIQUEIRA; TOLEDO. Percepção dos pais com crianças com TEA sobre o processo de inclusão em escolas regulares. **Revista Científica UNIFAGOC | Caderno Multidisciplinar**, v. 1, 2020.

SOUZA, Maria da Guia. **Autismo e inclusão na Educação Infantil:** efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores. Dissertação (Mestrado em Educação) -Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 129f., 2019.

STECIUK, G. A.; PATRICIA KOZLOWSKI LUCYK, V.; DALAROSA, A. Ângelo. Autismo e práticas pedagógicas na educação infantil: discussão de dados mediatisada pelo Portal Capes e Portal BDTD: Autism in early childhood education: discussion of data mediated by the Capes Portal and Bdtd Portal. **Professare**, [S. l.], v. 13, n. 00, p. e3287, 2024. DOI: 10.33362/professare.v13i00.3287. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3287>. Acesso em: 11 jun. 2024.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.